

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Flávia de Carvalho Ferreira¹

RESUMO

A elaboração deste artigo foi proposta como atividade avaliativa da disciplina Indicadores Sociais e Estatística aplicada nas Ciências Humanas, integrante do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará - UECE, tendo como objetivo principal discutir o processo de avaliação de políticas públicas. No decorrer do texto aborda-se a importância de se avaliar as políticas públicas, fazendo um breve resgate histórico, na sequência apresenta-se a proposta de avaliação da política de formação de professores na modalidade a distância no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, discorre-se sobre as formas de mensurar o desempenho de programas, critérios de avaliação, bem como as metodologias que podem ser empreendidas. O referencial teórico fundamenta-se sobretudo nos autores: Costa e Castanhar (2003), Flexor e Leite (2006) e Worthen (2004). Realizou-se esta pesquisa segundo uma abordagem qualitativa, usou-se como estratégia metodológica o estudo de caso e empreendeu-se a pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que avaliar políticas públicas não é algo fácil de realizar-se, entretanto faz-se necessário sua efetivação buscando-se obter maior eficiência dos investimentos governamentais e ressalta-se que é de fundamental importância no cenário sócio-econômico e político brasileiro.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas, Educação a Distância, IFCE, Política de Formação de Professores, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A proposição deste artigo justifica-se como atividade avaliativa da disciplina “Indicadores Sociais e Estatística aplicada nas Ciências Humanas” integrante do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, ministrada pelos professores Dr. Francisco Horácio da Silva Frota e Ms.^a Maria Andrea Luz da Silva, tendo como objetivo principal discutir sobre o processo avaliativo de políticas públicas.

Flexor e Leite (2006) sobre políticas públicas relatam que a avaliação é uma função que consiste em observar os efeitos atribuídos a ação do governo, portanto a avaliação é uma atividade normativa: individualmente ou em grupo, e os avaliadores agem em função de quadros de referências, de seus valores e normas, e de suas percepções.

Sobre a última década Januzzi (2002) afirma que a demanda por informações sociais e demográficas para a formulação de políticas públicas municipais no país tem sido crescente, no

¹ Mestra pelo Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará – UECE, flavia.carvalho@ifce.edu.br.

contexto da descentralização administrativa e tributária em favor dos municípios e da institucionalização do processo de planejamento público em âmbito local determinado pela Constituição de 1988, nesse sentido, procurando adaptar-se a esse novo contexto institucional de avaliação de políticas públicas, municípios e agências governamentais têm investido tempo, recursos humanos e financeiros na organização de sistemas de informações estatísticas, em alguns casos bastante sofisticados, com interfaces para sistemas de georreferenciamento, construção de indicadores sintéticos para diagnóstico social e focalização de políticas públicas.

Já, Costa e Castanhar (2004) nos dizem que a avaliação é um conjunto de técnicas que adota conceitos diferenciados para se referir muitas vezes aos mesmos procedimentos. E alertam que enquanto não se avançar na teorização da prática e buscar os consensos necessários à construção de paradigmas conceituais, cada esforço de avaliação vai requerer o estabelecimento prévio de uma estrutura de referência para a análise e o treinamento supervisionado dos profissionais envolvidos no processo. Os autores concordam que mesmo diante das dificuldades encontradas não devem se constituir num obstáculo insuperável para as tentativas de se aplicar de forma sistemática essa metodologia.

No decorrer do texto evidencia-se a importância da avaliação de políticas públicas, elencando um breve resgate histórico, no cenário global e no cenário nacional. Na sequência apresenta-se um resumo do anteprojeto de pesquisa² de avaliação da política de formação de professores na modalidade à distância no IFCE, fazendo uma contextualização sobre as formas de mensurar o desempenho de programas, critérios de avaliação, bem como as metodologias que podem ser empreendidas. Ao final apresentam-se as considerações finais e referências.

METODOLOGIA

Empreendeu-se esta pesquisa conforme uma abordagem qualitativa. A estratégia metodológica usada foi o estudo de caso. As pesquisas realizadas foram a bibliográfica e a documental. André (1984) sobre os estudos de caso, afirma que estes procuram retratar a realidade de forma completa e profunda, pretendendo revelar as múltiplas dimensões presentes numa dada situação, focando-a como um todo, mas sem deixar de considerar os detalhes, as circunstâncias específicas que favorecem uma maior apreensão do todo. Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica, contempla toda a bibliografia já publicada em relação ao tema de estudo e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com tudo o que foi escrito

² Anteprojeto de pesquisa de dissertação do mestrado da autora deste artigo.

ou dito sobre o assunto específico. As mesmas autoras acrescentam (idem, p. 157) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

RESGATE HISTÓRICO SOBRE A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para que melhor se possa compreender a importância da avaliação de políticas públicas, faz-se necessário compreender o percurso histórico da implantação desta componente nas práticas governamentais. Sobre o início da implantação da avaliação de políticas públicas, quando busca-se o percurso histórico, identifica-se que esta pode ser considerada como fenômeno recente. Fazendo um breve resgate histórico, Worthen³ (2004) declara que durante o século XIX, a insatisfação com os programas educacionais e sociais na Grã-Bretanha desencadeou movimentos de reforma nos quais comissões governamentais nomeadas pelo rei usavam variados métodos pouco formais para "avaliar" as respectivas instituições e isso levou aos sistemas - existentes até hoje - de inspeções gerais nas escolas da Inglaterra e da Irlanda.

Avançando no percurso histórico, Worthen (2004) afirma que o final do século XIX viu o início dos esforços para credenciar universidades e escolas dos Estados Unidos, embora esse movimento só tenha se efetivado para a avaliação das instituições educacionais após a década de 1930 com a criação de influentes associações regionais de credenciamento.

A década de 1940 viu um período de consolidação de métodos mais antigos de avaliação. [...] A década de 1950 e o início dos anos 1960 também envolveram esforços consideráveis para melhorar a abordagem tyleriana ensinando os educadores a apresentar objetivos em termos explícitos, mensuráveis, e oferecendo taxonomias de possíveis objetivos educacionais no domínio cognitivo (Bloom, Engelhart, Furst, Hill e Krathwohl, 1956) e no domínio afetivo (Krathwohl, Bloom e Masia, 1964). (WORTHEN, 2004, p. 09).

Worthen (2004) nos diz que, dos programas financiados na época, foram patrocinadas as avaliações da maioria deles e os estudos resultantes revelaram a fragilidade conceitual e metodológica da avaliação naquela época. A maioria dos estudos dependia de conceitos e técnicas importados da pesquisa das ciências sociais sendo inadequados para a avaliação de programas escolares. Assim, os cientistas e implementadores da área da educação tiveram que aproveitar tudo o que puderam da pesquisa aplicada nas áreas sociais, comportamentais e educacionais. Aqueles pesquisadores não estavam preparados para as tarefas complexas de identificar as influências que poderiam ser atribuídas a cada um dos vários componentes de um

³ Autor do artigo “As origens da moderna avaliação de programas” que aborda sobretudo programas educacionais.

programa escolar, nem para criar e realizar estudos que avaliassem se os objetivos específicos tinham sido alcançados. Vistas em conjunto, essas avaliações tiveram pouca utilidade tanto para os educadores quanto para o Congresso. O autor (p. 15) conclui: “Em retrospectiva, parece inevitável que as "avaliações" resultantes fossem inadequadas”.

Segundo Worthen (2004) a avaliação formal de programas educacionais e outros programas públicos, ainda está amadurecendo como campo, tendo ocorrido um desenvolvimento mais acelerado nas últimas quatro décadas e completa que, há quase quinze anos atrás, alguns analistas já detectaram um crescimento substancial desta prática. Corroborando com esta afirmação, Flexor e Leite (2006, p. 01), declaram:

Com o desenvolvimento do Estado de Bem Estar Social nos países industrializados e os esforços desenvolvimentistas na periferia, houve a partir dos anos 1960 um crescente interesse pelo estudo das políticas públicas. Esses processos políticos, sociais e econômicos que acompanharam a transformação do Estado a partir da segunda metade do século vinte resultaram na emergência de um novo campo de investigação social que podemos denominar de análise das políticas públicas.

Quando o foco é o cenário brasileiro, Costa e Castanhar (2003) alertam que historicamente, na nossa administração pública não havia a preocupação de avaliar programas públicos, em geral, e programas sociais, em particular, e que durante anos, a produção de conhecimento técnico na busca da melhoria dos padrões de gerenciamento do setor público esteve mais voltada para os processos de formulação de programas do que para os relacionados à sua implementação e avaliação. E afirma que existem evidências de que esse desinteresse histórico está sendo reduzido em virtude das transformações observadas na sociedade e no Estado brasileiro desde meados dos anos 1980 e, particularmente, em anos mais recentes.

Nos anos 1980, a crise da dívida externa e a interrupção de um longo ciclo de crescimento econômico evidenciaram mais fortemente as desigualdades sociais presentes na realidade do país. E assim a conjuntura econômica desfavorável provocou um acréscimo da demanda por ações e serviços sociais (COSTA E CASTANHAR, 2003).

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA MODALIDADE À DISTÂNCIA NO IFCE

Focando-se agora, na política de formação de professores na modalidade à distância no IFCE, no que tange a avaliação, faz-se necessário uma contextualização do tema apresentando um resumo do anteprojeto de pesquisa.

Sobre a delimitação do objeto, a proposta de pesquisa se propõe a estudar o desenvolvimento da Política de Formação de Professores a Distância realizada pelo IFCE. Para se compreender este desenvolvimento observa-se inicialmente como a Instituição evoluiu no decorrer do tempo, bem como a oferta dos cursos de licenciatura na modalidade presencial para posteriormente serem formulados na modalidade de Educação a Distância.

O IFCE é uma tradicional instituição tecnológica, sua história inicia-se em 1909, como a Escola de Aprendizes Artífices. Em 1968 recebeu a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE), iniciando uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de educação profissional de elevada qualidade (IFCE, 2015)⁴. A Lei Federal nº 8.948, de 08/12/94 transformou a ETFCE em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-Ce), mas a implantação efetiva do CEFET-Ce somente ocorreu pelo Decreto de 22/03/99 (IFCE, 2015)⁵.

Os CEFET's constituíram-se em autarquias federais, vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. No que concerne às licenciaturas (BRASIL, 2004) em seu Art. 4º estabelece que os CEFET's, observadas a finalidade e as características básicas, têm como um de seus objetivos "ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica". Com o intuito de efetivar um de seus objetivos, em 2006 foram criados os cursos de Licenciatura em Física e em Matemática na modalidade presencial. Em 2007, foi criada a Diretoria de Educação a Distância (DEaD), ofertando o curso de Licenciatura em Matemática, via Universidade Aberta do Brasil (UAB⁶). Assim teve início a Formação de Professores na modalidade a Distância, no então CEFET-Ce.

O CEFET-Ce tornou-se IFCE, através da lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) apresentando como um de seus objetivos, a oferta de no mínimo 20% de suas vagas, em cada exercício, em "cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica", isto posto, os IFs, assumem também o compromisso de formar professores.

A EaD vem progressivamente ocupando papel de destaque no cenário educacional brasileiro, promovendo uma maior democratização no acesso ao ensino superior e se configurando como essencial alternativa para a formação inicial, segundas licenciaturas e

⁴ Disponível em: https://ifce.edu.br/juazeirodonorte/campus_juazeiro/o-campus. Acesso em 15/06/2018.

⁵ Disponível em: https://ifce.edu.br/juazeirodonorte/campus_juazeiro/o-campus. Acesso em 15/06/2018.

⁶ UAB é um consórcio de instituições públicas de ensino superior, uma articulação entre a União, entes federativos e instituições federais de ensino que apoiam e incentivam cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância (ROCHA, 2013).

formação continuada dos profissionais da educação. Nesse sentido, Rocha (2013, p. 18) afirma que “Nos últimos anos, devido ao incremento das tecnologias digitais, com destaque para a internet, a demanda por EaD tem crescido exponencialmente no Brasil e no mundo”.

O IFCE ofertando o curso de Licenciatura em Matemática, na modalidade semipresencial desde 2007, por meio do sistema UAB, agregou a sua responsabilidade de formar professores ao advento da EaD.

Segundo dados do Censo da Educação Básica (2015)⁷, ainda persiste um índice de 23,6% dos docentes brasileiros sem nível superior nas áreas que atuam, percebe-se assim, no que tange a Formação de Professores, que a EaD surge para minimizar uma histórica escassez nesse processo em nosso país. Atualmente a EaD está consolidada nacionalmente. Esta modalidade de ensino apresenta progressivo destaque no meio educacional, como afirmam Bezerra e Carvalho (2011), a EaD atualmente experimenta um crescimento e uma eficácia pedagógica sem precedentes e desponta como uma modalidade de ensino, que favorece a democratização do saber, oportunizando a inclusão digital e social, de alcance inimaginável.

Porém, é inegável que existe ainda uma desconfiança no que tange a qualidade da EaD, Rocha (2013) afirma que entidades de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), criticam a qualidade desta modalidade.

Os profissionais que atuam na EaD trabalham no sentido de fomentar o seu reconhecimento. Torna-se importante salientar que no ano de 2016 a DEaD do IFCE foi agraciada com nota 4,0 (quatro) na avaliação de credenciamento da modalidade feita pelo MEC, motivo de comemoração pela instituição, em virtude disto, a instituição pode continuar ofertando cursos gratuitos e de qualidade na modalidade semipresencial por mais 07 (sete) anos, quando deverá passar por um novo processo de avaliação (IFCE, 2016)⁸.

Assim propôs-se este estudo, que tem sua relevância pautada na análise do trabalho desenvolvido pela DEaD no intuito principal de disponibilizar para a comunidade acadêmica uma radiografia desta política de formação de profissionais em uma modalidade relativamente nova na história da instituição. Ressalta-se que o foco da pesquisa está na formação de professores, uma vez que a DEaD atua também na formação de tecnólogos e técnicos.

Referente aos objetivos, a pesquisa em questão tem o objetivo geral de compreender o desenvolvimento da Política de Formação de Professores na modalidade a distância no IFCE.

⁷ Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar, disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/15-formacao-professores/indicadores>>. Acesso em: 05/01/2017.

⁸ Disponível em: <http://ifce.edu.br/juazeirodonorte/noticias/ead-do-ifce-recebe-nota-4-no-credenciamento-do-mec>. Acesso em: 29/08/2017.

E objetivos específicos: Investigar a evolução da legislação nacional que trata da formação de professores a distância, bem como, as normatizações do IFCE que regem o ensino a distância; Caracterizar a estrutura de funcionamento da DEaD em relação ao quantitativo de profissionais, cursos ofertados, número de vagas, polos de atuação e total de egressos no recorte temporal analisado; e Perscrutar sobre o projeto inicial de implantação da formação de professores na modalidade a distância no IFCE verificando o que foi de fato instituído e desenvolvido.

Sobre os pressupostos teóricos, de acordo com Saviani (2009) historicamente, a necessidade da formação docente já fora preconizada por Comenius, no século XVII, mas a questão da formação de professores exigiu uma resposta institucional apenas no século XIX, quando, após a Revolução Francesa, foi colocado o problema da instrução popular, surgindo a necessidade de universalizar a instrução elementar que conduziu à organização dos sistemas nacionais de ensino. Todavia, ressaltamos que pelo interesse da pesquisa, o foco será sobretudo nas duas últimas décadas quando houve um número crescente de iniciativas voltadas a melhorar a qualificação dos professores, principalmente das redes estaduais e municipais.

O Ensino Superior brasileiro demonstrou crescimento nos últimos anos, decorrente da melhoria da qualidade de vida da classe média e os investimentos do Governo Federal com a criação de universidades e institutos federais. A interiorização do Ensino Superior e os financiamentos às instituições privadas favoreceram o ingresso de uma camada da sociedade que historicamente se encontrava à margem da educação superior (SILVA, 2015).

Além do citado, o Governo Federal, com o intuito de melhorar a qualidade da educação a distância, importante aliada para a efetivação da política de formação docente, progressivamente vem respaldando este ensino, através de diversas ações e normatizações.

A LDB (Lei de diretrizes e bases da educação nacional), Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996) define em seu artigo 80 “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. Esse artigo foi regulamentado posteriormente pelo Decreto nº 5622 de 2005. Através da mesma lei (nº 9394/96), houve a partir de 1996, um incentivo à formação de professores, pois esta definiu os níveis de qualificação docente para se atuar na educação básica.

O Decreto nº 5622 de 2005 regulamenta o art. 80, da LDB citada, e relacionado à educação a distância (BRASIL, 2005) estabelece que, a EaD organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação específicas, devendo ser prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais.

Em 2007, a Lei Federal nº 11.502 atribuiu à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a responsabilidade pela formação de professores da educação básica, com o objetivo de assegurar a qualidade da formação dos professores. Desta

forma, a CAPES vem ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior⁹ e criação de novas diretorias, entre elas, a Diretoria de Educação a Distância (DED)¹⁰, estando sob sua responsabilidade a UAB. O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5800 de 2006, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País, integrado por universidades públicas que ofereceriam cursos por meio do uso da metodologia da EaD¹¹, esta podendo ser entendida (BRASIL, 2005):

Caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Este sistema destina-se com prioridade aos professores que atuam na educação básica da rede pública, tendo como um de seus principais objetivos “fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2006). Além do citado, uma das muitas vantagens do sistema UAB, é o estímulo a criação de centros de formação permanente em localidades estratégicas, contribuindo assim para a universalização do acesso ao ensino superior, fortalecendo a escola no interior do Brasil.

O Decreto Nº 6755, de 2009, institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, com a finalidade “organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica” (BRASIL, 2009).

Com a finalidade de realizar a gestão e acompanhamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, em 2009 foi desenvolvido pelo MEC a Plataforma Paulo Freire¹². Através desta plataforma, a CAPES mantém atualizada a relação dos cursos superiores ofertados para os professores da rede pública de educação básica.

Maia e Mattar (2007) relatam que o progresso da EaD e o surgimento de novas mídias interativas alteraram radicalmente o panorama do ensino e da aprendizagem, e nesse contexto novo, tanto alunos quanto professores, bem como instituições, passaram a desempenhar diferentes e desafiadores papéis. Portanto, a educação à distância possui peculiaridades que a

⁹ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/sobre-a-capes/7473-sobre-a-capes>>. Acesso em: 03/01/2017.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia>>. Acesso em: 02/01/2017.

¹¹ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=7836>>. Acesso em: 02/01/2017.

¹² Disponível em: <<http://freire.capes.gov.br/index/o-que-e->>. Acesso em: 06/01/2017.

distingue da educação presencial, principalmente uso das novas tecnologias de informação e comunicação de maneira mais patente e os novos papéis para educandos e professores.

Porém o mais importante na EaD é utilizar todos os recursos possíveis, para que o processo de ensino e aprendizagem se estabeleça, e que as tecnologias sejam usadas com o intuito de diminuir a distância, promovendo a interação entre professor-conhecimento-aluno, pois, “o que dá sentido à Educação a Distância não é a dicotomia espacial e temporal, mas, ao contrário, sua capacidade de diminuir tal separação” (AMARILLA FILHO, 2011, p.8).

Diante do exposto observa-se que muito foi feito no sentido legitimar e promover a Formação de Professores e a Educação a Distância, ao passo que agora podem caminhar lado a lado através da Formação de Professores a Distância, entretanto é importante salientar que não chegou-se ao ponto ideal, muito ainda se tem a fazer, a legitimar, a pesquisar e a se efetivar.

Sobre os pressupostos metodológicos, pretendeu-se realizar esta pesquisa segundo uma abordagem qualitativa. Os integrantes da equipe da DEaD são os sujeitos da pesquisa. Previu-se fazer entrevistas com estes profissionais, com o intuito de perscrutar o desenvolvimento do trabalho da DEaD. No caso das entrevistas, escolheu-se as classificadas como semiestruturadas.

Conclui-se a apresentação da síntese do anteprojeto de pesquisa que teve como compromisso, categorizar e analisar os achados da pesquisa, buscando sempre que possível, estabelecer um diálogo proximal com o referencial teórico utilizado no texto dissertativo.

COMO SE AVALIAR UMA POLÍTICA PÚBLICA

Segundo Costa e Castanhar (2004) sendo a avaliação uma forma de mensurar o desempenho de programas, então se faz necessário definir medidas para a aferição do resultado obtido, essas são denominadas de critérios de avaliação.

Costa e Castanhar (2004) nos dizem que embora se associe normalmente a avaliação de desempenho à mensuração de eficiência na gestão de programas públicos, este não é, obrigatoriamente, o único nem o principal critério a ser utilizado na avaliação. A lista dos critérios que podem ser usados é vasta e a escolha de um, ou vários deles, depende dos aspectos que se deseja priorizar na avaliação. Conforme o manual da UNICEF, os mais comuns são:

[...] eficiência — termo originado nas ciências econômicas que significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa; eficácia — medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas; impacto (ou efetividade) — indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais; sustentabilidade — mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social, após o seu término;

análise custo-efetividade — similar à ideia de custo de oportunidade e ao conceito de pertinência; satisfação do beneficiário — avalia a atitude do usuário em relação à qualidade do atendimento que está obtendo do programa; equidade — procura avaliar o grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário (COSTA e CASTANHAR, 2004, p. 05).

A avaliação do desempenho de um programa requer ainda que se definam padrões de referência para julgar esse desempenho. Podem ser: absolutos (quando as metas estabelecidas por um programa são consideradas como o padrão a ser alcançado e os desvios devem ser registrados e analisados); históricos (quando comparam resultados de um período com o obtido em períodos anteriores); normativos (quando comparam o desempenho de um programa com outros similares ou com programas semelhantes realizados em outros níveis de governo, região, ou no exterior); teóricos (quando são os estabelecidos na própria elaboração do programa, sob a hipótese da obtenção dos resultados esperados, dado os recursos disponíveis); e negociados ou de compromisso (quando são aqueles que se baseiam em algum procedimento específico para sua fixação, geralmente decorrente de acordo entre as partes envolvidas na gestão de programa e os formuladores) Costa e Castanhar (2004).

Sobre o processo de avaliação de políticas públicas, Costa e Castanhar (2004) nos dizem que este será facilitado e mais útil se baseado em um planejamento consistente, que tenha condições de estabelecer: relações causais entre atividades e produtos. Um sistema de avaliação completo utiliza metodologias que contemplam a avaliação de resultados e a avaliação de processos. Na Avaliação de resultados considera-se que os resultados são definidos como constituídos por resultados imediatos, resultados de médio prazo e resultados de longo prazo. Os indicadores de resultado mensuram os efeitos do programa: junto à população-alvo como um todo e junto aos usuários do programa. E sobre a avaliação de processo acrescentam:

A avaliação de processo pode ser definida como a maneira de identificar o verdadeiro conteúdo de um programa público, se ele está sendo realizado como previsto, se está alcançando o público para o qual foi concebido e se os benefícios estão sendo distribuídos na intensidade prevista (COSTA e CASTANHAR, 2004 apud SCHEIRER, 1994, p. 40).

Sobre as dificuldades encontradas em se tratando de avaliação, Costa e Castanhar (2004) salientam que o maior desafio para a efetivação da prática da avaliação de programas públicos é, encontrar formas práticas de mensurar o desempenho e dispor à gestão dos programas, bem como para os demais atores envolvidos, dados úteis para a avaliação sobre os efeitos de tais programas, necessidade de intervenções, ou mesmo da inviabilidade do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se no decorrer do artigo que avaliar políticas públicas não é algo fácil de se realizar, pois envolve uma série de procedimentos e conceitos, normatizações, recursos humanos e financeiros, organização de sistemas de informações estatísticas, dentre outros, que norteiam essa ação, entretanto faz-se necessário sua efetivação, buscando-se obter maior eficiência dos investimentos governamentais. E sobre o estudo da política de formação de professores na modalidade à distância no IFCE, isto não é diferente.

Diante do resumo do anteprojeto de pesquisa apresentado, bem como das explanações feitas neste artigo no que tange a avaliação de políticas públicas, corrobora-se a importância da avaliação de políticas públicas no cenário sócio-econômico e político brasileiro. E finalizo com as palavras de Januzzi (2002), como toda atividade sociopolítica, é importante garantir a participação e controle social no processo, a fim de legitimá-lo perante a sociedade, garantir a responsabilidade dos agentes implementadores e potencializar a efetividade social desejada pelas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- AMARILLA FILHO, Porfírio. **Educação à distância: uma abordagem metodológica e didática a partir dos ambientes virtuais**. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 41-72, Aug. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982011000200004&lng=en&nrm=iso>. Access on 05 Jan 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982011000200004>.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. A. **Estudo de caso: seu potencial na educação**. Caderno de Pesquisas da FCC, Rio de Janeiro, n.49, p.51-54, 1984.
- BEZERRA, Mayam de Andrade; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **“Tutoria: concepções e práticas na educação à distância”**. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/6pdyn/pdf/sousa-9788578791247-10.pdf>. Acesso em: 03/01/2017.
- BRASIL. Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005. **Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm>. Acesso em: 04/01/2017.
- _____. Decreto nº 5800, de 08 de junho de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 05/01/2017.
- _____. Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009. **Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Decreto-6755-2009.pdf>>
acesso em: 05/01/2017.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 05/01/2017.

COSTA, Frederico L. da; e CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. RAP Rio de Janeiro 37(5):969-92, Set./Out. 2003.

FLEXOR Georges; LEITE, Sergio Pereira. 2006. **Análise De Políticas Públicas: Breves Considerações Teórico-Metodológicas** (Subárea 4: Economia e Estado – Sessão Ordinária). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/132137691/AnalisePolitica-Publica-Flexor-l>. Acesso em 11/06/2018.

JANUZZI. Paulo de Martino. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. RAP Rio de Janeiro 36(1):51-72, Jan./Fev. 2002.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD: A educação à distância hoje**. São Paulo: Pearson, 2007.

ROCHA, Sinara Socorro Duarte. **Processos Formativos e a Constituição da Docência Online: O UNIVERSO PARALELO DE ALICE**. 2013. 209f. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado acadêmico em Educação. Fortaleza, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, Apr. 2009. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100012&lng=en&nrm=iso>. Access
on 12 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>.

SILVA, Francisco César Martins da. **Formação de Professores e as Tecnologias Digitais na Percepção dos Professores e Alunos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará**. 2015. 152f. Dissertação – UFC, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2015.

WORTHEN, Blaine R. **Avaliação de programas: concepção e práticas** / tradução Dinah de Abreu Azevedo. – São Paulo: Editora Gente, 2004.